



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SCS - B Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre A, 8º andar, CEP: 70308-200 Brasília/DF. Tel.:(61) 2027-3192/ 3344 –
E-mail: conanda@sdh.gov.br - Acesso: www.direitosdacrianca.gov.br

265ª Assembleia Ordinária do Conanda
PAUTA DA 265ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA
13 e 14 de setembro

13/09 - Manhã

9h-12h - Reunião das Comissões Permanentes do Conanda

CPP – Local: Sala SNPD, 8º andar, MDH

CMF - Local: Sala de reuniões da SNDCA, 8º andar, MDH

CDHAP - Local: Sala da SNPDDH, 9º andar MDH

COF – Local: Sala Plenária, 10º andar, MDH

12h – 14h Intervalo para o almoço

13/09 - Tarde

Local: Sala Plenária, 10º andar, MDH

14h00-14h30 - Abertura da Assembleia, aprovação da pauta e informes

14h30-15h00 - Leitura da Resolução que trata da indicação dos conselheiros dos grupos temáticos; aprovação do coordenador e relator de cada GT e deliberação sobre o número de convidados.

15h00- 17h00 - Pauta com o Deputado Aiel Machado para tratar do tema SINASE

17h00-18h00 - Apresentação sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável -
Conselheira Heloiza Oliveira - Fundação Abrinq

14/09- Manhã

Local: Sala Plenária, 10º andar, MDH

9h00-9h30 - Apresentação da Campanha “Deixe seu preconceito de lado. Respeite as diferenças” – Solicitação do Conselho Nacional LGBT

9h30-11h30 - Relatoria da Comissão de Políticas Públicas

12h00-14h00 - Intervalo para o almoço

14h00-15h00 – Relatoria da Comissão de Orçamento e Finanças

14/09 - Tarde

Local: Sala Plenária, 10º andar, MDH

15h00-16h30 – Relatoria da Comissão de Mobilização e Formação

16h30-18h00 – Relatoria da Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar

Conselheiros Titulares Presentes:

Governamentais:

Fabiana Gadelha - Secretária de Direitos da Criança e Adolescente

Gabriela Cruz - Secretária Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Juliana - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

Manoela Dutra Macedo - Casa Civil

Kalid Nogueira - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Avelina Neta - Secretária da Previdência do Ministério da Fazenda.

Sociedade Civil:

Roberta Gomes Motta - Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços - ACM

Anna Beatriz Langue Peranovich Leite - Federação Nacional das APAES-FENAPAES

Catarina de Santana Silva - Fundação Fé e Alegria do Brasil

Edmundo Ribeiro Kroger - Centro de Educação e Cultura Popular

Francisco Rodrigues Correia – Federação Nacional Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas

Lucimara Cavalcante - Associação Internacional Maylê Sara Kalí

Marco Antônio Soares - Central Única dos Trabalhadores - CUT

Renato Cesar Ribeiro Bonfim - Casa de Cultura Ilê Asé D' Osoguá – CClAO

Romero Jose da Silva - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente- ANCED

Vitor Benez Pegler - Instituto Tellus

Vitor Cavalcante de Sousa Valério – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Conselheiros Suplentes Presentes:

Governamentais

Claudio Luiz Pinheiro da Silva - Ministério do Esporte

Danyel Iório - Secretaria Especial de Direitos Humanos

Fábio Costa de Souza - Secretaria da Previdência do Ministério da Fazenda

Maria Yvelônia dos Santos Araújo Barbosa - Ministério do Desenvolvimento Social

Sociedade Civil:

Manoel Torquato Carvalho de Souza - Associação Nacional Criança Não é de Rua

Thais Nascimento Dantas - Instituto Alana

Iolete Ribeiro da Silva – Conselho Federal de Psicologia

Demais Participantes:

Ana Claudia Castro - UNESCO/Conanda/SDH/MDH

André Lima - Conanda/MDH

Arlete Alves - Conanda/MDH

Cleide Duarte - Conanda/MDH

Jean Marcos- Conanda/MDH

Patrícia Arantes - Conanda/MDH

Ketlyn Haana – Conanda/MDH

Verena Martins - Coordenadora-Geral do Conanda/MDH

Maite Gauto – Fundacao Abrinq

Debora Costa – CEDCA/PR

Andresa Porto – Rede Justiça Criminal

Eduardo Nepomuceno – MJSP

Eduardo Carvalho – CMDCA SP

Rochely Agar – CMDCA SP

Écio Silva – CMDCA SP

Cleia Cunha – CFP

Djlma Nascimento – Pastoral do Menor/DF

Fabio Souza – SREV / MF

Claudio Silva – ME

Gabriel Elias – IBCCRIM

Petalla Timo – Conectas DH

Lidia Rodrigues – ECPAT

Mirtes Santos –Marista

Marcia Rocha – FNDCA

Kedenilson CMDCA /SP

Faltas justificadas:

Luiz Barcelos

Jimena Djauara

1. Abertura, aprovação da pauta da 265ª Assembleia Ordinária:

A presidente do Conanda Sr^a Fabiana Gadelha faz abertura da 265ª Assembleia Ordinária, informando que terá que se retirar devido a reunião com a Ministra Luislinda Valois, e que o vice presidente Marco Antonio Soares, dará continuidade aos trabalhos. Foi dada ciência de que os dos informativos estão disponíveis na mesa logo na entrada da sala, nele constam os informes e os ofícios encaminhados deliberados na última assembleia. A pauta foi aprovada, e avisado da reunião com o Fórum DCA logo após a assembleia.

2. Informes:

a. Sobre o Seminário a respeito do Protocolo de Obras e empreendimentos:

A coordenadora Heloiza Egas da Coordenação Geral de Promoção, atendendo à solicitação do conselho traz do protocolo para proteção dos direitos das crianças e adolescentes no contexto de obras e empreendimento informa que o material foi disponibilizado para consulta pública, ficou disponível por 45 dias, houve 67 contribuições. Com grande mobilização a partir do documento elaborado e do envolvimento da consulta pública. Com análise e sistematização preliminar dos dados pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança -SNDCA, Universidade Federal do Pará - UFPA e Fundação Getulio Vargas - FGV. Com licenças já emitidas e existência de marco regulatório específico, as violações mais visibilizadas são a exploração sexual e trabalho infantil. Limitando a responsabilidade sobre as instituições financeiras. O projeto irá ajudar a pensar um processo de como testar o protocolo quando ele chegar na redação final, as obras de Belo Monte, Jiral e Tapajós como são obras que estão em estágio diferentes de implementação poderemos verificar qual seria o impacto do protocolo. As reuniões da agenda de convergência foram retomadas em caráter mensal, a conselheira Lucimara representa Conanda e tem dado uma grande contribuição. Espera-se que nas reuniões de outubro a novembro considerando todas as contribuições e a consulta pública e do seminário que teve duração de um dia e meio com um momento para trazer assentamos pontuais sobre esse tema e onde os participantes fizeram análises de casos concretos de violações de direitos de crianças e adolescentes em território impactado por obras e foi concluído que muitas violações acontecem por não haver um planejamento adequado para receber o aumento populacional de uma obra que chega em determinado local, as redes de assistência, política e educação tem que se planejar para esse aumento populacional.

Deliberações/Encaminhamentos:

1. Disponibilizar materiais apresentados no Seminário na área do conselheiro.

b. Leitura da Resolução que trata da indicação dos conselheiros dos grupos temáticos; aprovação do coordenador e relator de cada GT e deliberação sobre o número de convidados.

O Vice presidente do conselho relata que a primeira reunião dos GT's ocorreu no dia anterior, isso antes da aprovação dos coordenadores e relatores. Devido a logística foi necessário inverter a

ordem, para o processo não ficar mais um mês parado. Leitura da resolução com indicação dos representantes, coordenação e relatoria.

Segue a proposta de formação de cada grupo:

1. Grupo Temático com a finalidade de propor estratégias de aprimoramento e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente:

Coordenadora: Jimena

Relatoria: Daniel

I – Centro de Educação e Cultura Popular – CECUP (Edmundo);

II – Associação Brasileira de Educação e Cultura – ABEC (Jimena);

III – Central Única Dos Trabalhadores - CUT (Prof. Marquinhos);

IV – Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços – ACM (Roberta);

V – Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Danyel);

VI – Ministério do Desenvolvimento Social (Maria Yvelônia);

VII – Ministério do Planejamento (Kalid); e

VIII – Ministério da Saúde (Luiz Claudio).

2. Grupo Temático com a finalidade de formular e propor estratégias de articulação de políticas públicas e serviços para a prevenção e o enfrentamento da violência letal de crianças e adolescentes:

Coordenadora: Fabiana Gadelha

Relatoria: Romero

I – Fundação Fé e Alegria do Brasil (Catarina);

II – Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas - FENATIBREF (Beto);

III – Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - ANCED (Romero);

IV – Instituto Tellus (Vitor Pegler);

V – Ministério do Trabalho e Emprego (Deuzinea);

VI – Ministério da Justiça (Eduardo);

VII – Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fabiana); e

VIII – Ministério da Educação (Wisley).

3. Grupo Temático com a finalidade de formular e propor estratégias de articulação de políticas públicas e serviços para o atendimento e para a promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes pertencentes a povos e comunidades tradicionais.

Coordenadora: Lucimara

Relatoria: Arlene

I – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG (Lacerda);

II – Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (Glicia);

III – Associação Internacional Maylé Sara Kali (Lucimara);

IV – Casa da Cultura Ilê Asè D' Osoguâ - CCIAO (Renato);

V – Ministério do Esporte (Claudio);

VI – Ministério da Cultura (Egerton);

VII – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Arlene);

VIII – Ministério da Fazenda (Thiago).

Após a apresentação dos componentes do GTs foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. O conselheiro Danyel relata que houve um acordo na mesa diretora de estipular um número de convidados que o GT poderá trazer com ônus de passagens e diárias pelo MDH, caso seja necessário poderá alterar essa quantidade. Serão 4 convidados por GT, colocado em votação e aprovado por unanimidade.

Deliberações/Encaminhamentos:

1. Aprovação da resolução que trata da designação dos membros dos 3 grupos de trabalho;
2. Aprovação da relatoria e da coordenação dos grupos de trabalho;
GT Letalidade: Coord. Fabiana Gadelha - Relator Romero
GT PCTradicionais: Coord. Lucimara - Relatora Arlene
GT SGD: Coord. Jimena - Relator Danyel.
4. Acordado que serão 4 convidados por grupo temático com ônus de passagens e diárias para o MDH.

c. Comissão Organizadora da XI Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente

O vice presidente relata que em conversa entre os conselheiros para indicação do nome do coordenador da comissão da XI CNDCA, como a comissão já foi formada ficando agora a definição do coordenador, houve a indicação do conselheiro Lacerda, que aceitou. O conselheiro Lacerda relata que a conferência é um processo muito complexo e o primeiro passo é ouvir os Estados para escolha do tema. Na reunião com os CEDCAS em Brasília houve essa contribuição e a secretaria executiva do Conanda fez um resgate de todos os temas anteriores e de questões importantes que estão acontecendo no momento com o tema e eixo. Todo esse material, ontem houve um debate que não foi possível chegar a um fechamento. As propostas serão socializadas com a comissão organizadora e depois trazida para plenária para análise e aprovação. Informa ainda que o regimento interno e documento de orientação e as datas serão compartilhadas posteriormente. No final da fala agradece a confiança na indicação.

Deliberações/Encaminhamentos:

1. Indicação e aprovação do conselheiro Lacerda como coordenador da Comissão da XI CNDCA;
2. Não foram definidos o tema e os eixos da Comissão que deverão ser debatidos internamente e posteriormente socializado com todos os conselheiros.

3. Relatoria das Comissões:

a. Comissão de Orçamento e Finanças - COF

Coordenador: Edmundo Ribeiro Kroger

Relatoria: Danyel Iório de Lima

Principais pontos abordados:

a) Documento conjunto CONANDA/CNDI sobre a situação dos Fundos

O conselheiro Danyel começa a relatoria dizendo que não terá encaminhamentos apenas informes. O conselho Nacional dos Direitos do Idoso e parceria com a do Conanda em questões do fundo, pois assim como aqui no conselho eles tem um valor bem expressivo sendo liberado uma pequena quantidade. Visto que o governo entregou a peça orçamentaria para 2018 estaremos acordando uma articulação para fazermos uma incidência juntos dos relatores setoriais do orçamento da gestão de 2018 para tentar aumentar esses valores, para que isso ocorra iremos escrever um documento juntos com informes de porque não podemos deixar que os recursos financeiros fiquem aplicados nas contas bancarias dos dois fundos sem aplicação onde foi destinado.

A secretaria finalizou o edital e começamos a analisar na comissão esse novo edital que conforme acordo será publicado ainda esse ano, houve uma discursão sobre o procedimento do edital e não sobre as linhas por enquanto, ocorreram algumas alterações em relação ao edital anterior para que o processo fique mais leve, com a ideia que tenha mais tempo para fazer uma análise com mais qualidade, de forma geral será encaminhado aos conselheiros um relatório das alterações até agora.

A relato da Comissão de Orçamento e Finanças – COF será finalizada posteriormente devido a alteração na pauta para atender o Deputado Aliel Machado, como já havia sido acordado anteriormente.

Deliberações/Encaminhamentos:

1. Dos 930 mil que seria para publicação do ECA, sairão 700 mil reais da CMF sendo criada uma nova linha no plano de aplicação de 2017 para o desenvolvimento de campanha publicitária contra a redução da maioria penal e o aumento do tempo de internação

4. Pauta com o Deputado Aliel Machado para tratar do tema SINASE

O Deputado Aliel Machado agradece a oportunidade desse diálogo junto com órgão que tem muito respeito e consideração ao longo da sua militância nos movimentos sociais. Ele definiu um cronograma apresentado documento para fazer um debate posteriormente e sugeriu uma explanação rápida sobre o andamento da comissão especial posteriormente será aberto um espaço para perguntas e questionamentos, dando explicações de como andam as tratativas em relação a apresentação do relatório na comissão. O Deputado ainda na saudação especial afirma que ficou da responsabilidade visto que alguém teria que relatar o projeto, mais somente relatar. E que gostaria de deixar claro das mesmas preocupações envolve o sistema como um todo e que ele conhece não apenas por estudar o sistema e por ser Deputado atualmente mais conhece porque nasceu numa periferia e perdeu colegas de escola assassinados, conhece a realidade da desigualdade na prática, viveu nas ruas trabalhando enquanto criança e sabe também do tamanho da responsabilidade de estar fazendo esse debate. Ele diz querer tranquilizar a todos no sentido de tentar um convencimento um do outro porque já somos convencidos da mesma pauta talvez o que nos leva a encontrar um senso nesse momento difícil por qual país passa em todas as áreas inclusive na nossa.

Com a fala o coordenador do Sinase o Sr. Ricardo Peres apresenta o Sr. Diogo engenheiro da UNOPS que é parceira da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e Adolescentes – SNDCA. Ele fará apresentação sobre do Estudo de capacidade verso demandas de vagas no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo- SINASE, analisando alguns cenários diante da possibilidade de aumento do tempo de internação. A UNOPS faz assessoria técnica de toda a dimensão de infraestrutura dos convênios e supervisão de grandes convênios. E também foi o organismo que coordenou que apoiou a coordenação do Sinase na elaboração da versão mais recente dos parâmetros arquitetônicos do Sinase, que de acordo com relatório o resultado preliminar é assustador devido a quantidade de recursos que serão necessário nos próximos 10 anos /20 anos não é para implementar caso a gente caminho por esse percurso de aumento do resultado disso para o Brasil. Com a palavra o Sr. Diogo, relata que como o coordenador Ricardo já introduziu o assunto, ele irá começar a apresentação técnica de forma objetiva e fazer uma projeção econômico-financeira e logística de como sera o cenário o aumento de tempo de internação aconteça. E dessa forma e feito o relato. Inflação, reajuste de custo de obra, aumento projetado de uma curva exponencial do que vem acontecendo, histórico do Brasil número de

adolescentes internados sob medidas socioeducativas, mais na frente iremos ver o que acontece com isso. Basicamente temos dados aqui de 2014 que temos garantia dá a certeza deles que mostram que dentro de todos os adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa a divisão entre são: Semiliberdade, Internação Provisória Internação. Onde evidentemente a internação acaba sendo a mais representativa delas, dentro de internação temos as infrações que são cometidas contra a vida e existe o restante, então nesses cenários o percentual que será afetado por essa extensão mas medidas socioeducativas que são justamente esses que comentem atos contra a vida. Em Termos de premissas vamos observar apenas a internação vamos olhar cenários tem altos e fracionais contra a vida e crimes hediondos no caso fale se sobre atos infracionais evidentemente e considerando medidas socioeducativas. Em 10 anos precisaríamos de dobro de vagas caso aumentassem o tempo de internação e isso se somente 38% dos adolescentes forem enquadrados nesses medidas. O custo atual media por vaga e de R\$10.000,00 hoje no Brasil, caso essa medida suba para 10 anos em 2025 já estaremos gastando 1% do PIB com o sistema socioeducativo. O vice presidente agradece o Diogo pela apresentação e passa a palavra ao Deputado Aliel que parabeniza a apresentação e diz que e de fundamental importância para esse debate pois falta de números para buscar uma justificativa para um debate mais qualitativo e para fazer um debate político na Câmara dos Deputados, apesar de que isso não importa muito lá, ele afirma que fez parte da comissão que e não foi relator, pois era o Eduardo Cunha que definia o relator e mesmo ele hoje estando preso ele ainda parece definir algumas coisas por lá, entre vários debates que já ocorreu ele afirma que foi fundamental a presença do Conanda. A aprovação da PEC não inviabiliza a discussão e a votação dessa matéria, O texto que foi aprovado no senado federal dessa matéria e foi aprovado por unanimidade relatado por um senador do PT foi do aumento do tempo de internação de 10 anos para todas as idades, para todos os atos infracionais por unanimidade. Ele afirma que quando Eduardo Cunha aprovou a redução da maioria penal na Câmara porque ele fez uma manobra de madrugada e que fizemos todas forças possíveis para que isso não acontecesse. Deputado afirma que o procurou para que ele colocasse a comissão que já tinha projetos vindo do Senado que se essa comissão começasse a funcionar segurasse a discussão da redução e a resposta que ele recebeu do Eduardo Cunha com essas palavras enquanto não votar redução da maioria penal do Senado ele não votaria esse projeto. Aconteceram todas as ações políticas Rodrigo Maia virou presidente da Câmara e ele faz um pedido para que fizesse a relatoria da comissão. O projeto prevê o aumento do tempo de internação para 10 anos para todas as idades para todos os atos infracionais dos adolescentes, já excluíram do texto a Lei antidrogas, assim já elimina quase 70% dos atos infracionais e todos os atos infracionais que não resultem em morte não terá alteração no tempo de internação.

Outra determinação da Assessoria Legislativa era de que fizessem uma separação com o tempo de internação fazendo uma tabela progressiva a partir dos 12 anos Até os 17 anos essa tabela começa com um adolescente de 12 anos não sofrendo alterações. Outro fato importante que acrescentando e que no caso de internação não havendo vaga suficiente, requerer o judiciário a liberação por não haver vaga, bem como no caso de um

ato infracional mais grave tem que dar a liberdade para os casos mais simples e assim garantindo a internação dos casos mais graves. Estamos buscando aperfeiçoamento dentro da discussão desse projeto, porem o maior desafio no momento é as bancadas e com nosso País pois vivemos um momento extremamente preocupante todas as áreas quando na nossa sociedade no nosso congresso que está doente porque a sociedade está doente no momento de criminalização esses movimentos de defesa você sabe muito bem disso. O Deputado afirma que e fez o maior esforço para estar presente Visitou vários centros e federativos nosso país, buscou dados realizou pesquisas, confrontou dados e pesquisas em conversa com as bancadas e que em conversa com a Deputada Maria do Rosário que já foi presidente deste conselho ela assimila a discussão e o debate e que concorda com os posicionamentos e as propostas que eles estão elaborando. E como ele está mudando toda a essência do projeto que veio do senado ele voltará para o Senado por que as duas casas precisam falar a mesma língua portanto ele tem um desafio maior e talvez aqui seja o momento dessa negociação para alguns a diminuição de danos para outro aplicação nos moldes que nós estamos aplicando para outros talvez não seja o caminho e seja um momento de resistência queria pedir para a consciência que nesse momento político, ele diz que essa visão não e como deputado mais sim como militante dessa luta, que a política seja feita nesse momento para fora e não para nos mesmo com sua essência que e partilhar, seja debatendo e buscando um consenso mesmo não concordando com tudo. O deputado agradece a oportunidade e disponibiliza deixar uma cópia de parecer e os contatos de e-mail e telefone.

A presidente do Conanda agradece ao Deputado pela disponibilidade e pelos esclarecimentos e entrega uma nota técnica produzida pela coordenação do Sinase comparando o estudo que ele para simples comparação com e que ele apresentou.

Deliberações/Encaminhamentos:

1. Publicizar todo material produzido sobre redução da maioria penal e aumento do tempo de internação na caravana que ocorrerá no Estado da Paraíba;
2. Produzir mídias sociais para a população indicando os impactos na rede de educação, saúde, assistência social;
3. Contratação de profissional para desenvolvimento de campanhas com recurso do fundo;
4. Deliberado em pleno que o Conanda não fará nenhuma contribuição no material apresentado pelo Deputado Aliel Machado;
5. Encaminhar para todos os conselheiros o material produzido pela UNOPS;
6. A UNOPS deverá produzir um material escrito explicando os dados apresentados na Plenária indicando os impactos econômicos e sociais que o aumento do tempo de internação poderá acarretar;
7. SE/CONANDA encaminhamento de ofício com o material produzido pela UNOPS (texto e gráficos) para os conselhos nacionais (educação, saúde, assistência social, cnj, conjuv, condej, conselhos do MDH) e CEDCAS solicitando a ampla divulgação aos municípios e as suas redes;

8. SE/CONANDA encaminhamento de ofício com o material produzido pela UNOPS (texto e gráficos) para a lista do Fórum DCA, comunicação dos 28 órgãos/entidades do Conanda, gabinete do Deputado Aliel Machado, lista de contatos do “Não a redução”;
9. SE/CONANDA encaminhamento de ofício com o material produzido pela UNOPS (texto e gráficos) para o Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda e Casa Civil;
10. Pedir lista de contato do Fórum DCA, da comunicação dos 28 órgãos/entidades do Conanda;
11. Do dia 14 de setembro até a votação serão deslocadas entidades para o Congresso Nacional para incidir sobre o tema da redução e aumento do tempo de internação. Há indicação de que a votação da PEC 33 ocorra no dia 20/09;
12. A mesa diretora do Conanda deverá produzir uma nota sobre o tema do aumento do tempo de internação e a aprovação deverá ser a distância devido ao tempo que se tem antes da votação (20/09);
13. Organização de um compilado de materiais para encaminhamento aos governadores e casa civil dos estados (publicação);
14. Elaboração de um quadro comparativo de custo do aumento do tempo X investimento nas políticas públicas.

5. Apresentação sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

A conselheira Heloisa da Fundação Abrinq foi convidada a fazer uma apresentação sobre Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS. A conselheira esclarece que por não saber o quanto cada um conhece o assunto, ela trouxe uma apresentação bem explicativa para conhecimento de todos. A Fundação Abrinq e a Visão Mundial fazem parte da Comissão Nacional para ODS da Área da Infância as demais são de outros seguimentos. Esse processo iniciou sucedendo os Objetivos do Milênio, iniciou na Rio+20 onde foi criado um grupo de trabalho internacional e aprovou um primeiro documento na UNGA 69 Assembleia Geral que reconheceu o rascunho Zero como base da negociação até que o acordo foi aprovado na Assembleia da ONU em 2015, e um acordo global. O Brasil se comprometeu com os 17 objetivos para cumprir até 2030, e a conselheira esclarece que dentre esses objetivos 10 estão relacionados diretamente com crianças e adolescentes:

- Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
- Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;

- Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos;
- Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles;
- Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Os atores chaves para essa implementação no Brasil são: A Comissão Nacional dos ODS; Sistema Nacional de Estatística (IBGE, IPEA); Gestores Públicos Federais e locais, Sociedade Civil, Setor Privado e Congresso Nacional. As atribuições da comissão são: Elaborar plano de ação para a implementação da Agenda 2030, propor estratégias, instrumentos, ações e programas para a implementação dos ODS, acompanhar e monitorar o desenvolvimento dos ODS e elaborar relatórios periódicos, elabora subsídios para as discussões sobre o desenvolvimento sustentável em fóruns nacionais e internacionais, identificar, sistematizar e divulgar boas práticas e iniciativas que colaborem para o alcance dos ODS, promover a articulação com órgãos e entidades públicas das unidades federativas para a disseminação e a implementação dos ODS nos níveis estadual, distrital e municipal. A conselheira relata que tem insistido em definir as metas e indicadores e para ter noção de onde partir para assim poder definir as metas a Fundação Abrinq lançou uma serie de 4 publicações, fazendo uma espécie de marco zero da infância com as informações necessárias para esclarecer como esta os indicadores na área da infância em casa temática, eles defendem que esse plano seja concluído até novembro e colocado em consulta pública, seria a forma da sociedade participar.

Deliberações/Encaminhamentos:

1. O Conanda irá contribuir com a pauta a por meio da CDHAP;
2. Compartilhar com a CDHAP o material apresentado.

14/09/2017 - Segundo dia da 265ª Assembleia Ordinária

1. Abertura

A presidente do Conanda, a Srª Fabiana Gadelha faz abertura do segundo dia de assembleia dando continuidade aos encaminhamentos da pauta com Deputado Aliel e passa para o vice presidente o professor Marquinhos dar continuidade. Em relação a pauta do dia anterior com o Deputado Aliel Machado sobre a alteração no texto da redução da maior idade penal e aumento do tempo de internação, ele se desculpa com os representantes governamentais mais por falta de tempo na noite anterior a sociedade civil se reuniu, discutiu esse tema e tem algumas propostas para socializar com o conselho para chegarmos a um consenso. Uns dos pontos já debatidos e que não faremos nenhuma contribuição

no material apresentado pelo Deputado Aliel Machado. Vamos manter a posição desse conselho de “Não a Redução”.

Quanto ao relatório da UNPOS, sugerimos que eles deverá produzir um material escrito explicando os dados apresentados na Plenária indicando os impactos econômicos e sociais que o aumento do tempo de internação poderá acarretar e a Secretaria Executiva do Conanda ira encaminhar um ofício com o material produzido pela UNOPS para os conselhos nacionais (educação, saúde, assistência social, CNJ CONJUV, CONDEJ conselhos do MDH) e CEDCAS solicitando a ampla divulgação aos municípios e as suas redes e também para a lista do Fórum DCA, comunicação dos 28 órgãos/entidades do Conanda, gabinete do Deputado Aliel Machado, lista de contatos do “Não a redução”, o Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda e Casa Civil, também dia 14 de setembro até a votação serão deslocadas entidades para o Congresso Nacional para incidir sobre o tema da redução e aumento do tempo de internação. Há indicação de que a votação da PEC 33 ocorra no dia 20/09. E a mesa diretora do Conanda deverá produzir uma nota sobre o tema do aumento do tempo de internação e a aprovação deverá ser a distância devido ao tempo que se tem antes da votação (20/09). O Conselheiro Danyel sugere que todos esses comunicados sejam disponibilizados do portal do conselho, porem os demais entram em acordo de enviar também o físico para maior eficácia. O conselheiro Manoel sugere que esse material não seja enviado as redes social para alcançar a opinião pública não sementes nas redes militantes. A conselheira Glicia sugere que essas informações cheguem até a população no geral. Todos esses pontos foram aprovados e deliberou que a mesa diretora fara os encaminhamentos.

Deliberações/Encaminhamentos:

1. Publicizar todo material produzido sobre redução da maioridade penal e aumento do tempo de internação na caravana que ocorrerá no Estado da Paraíba;
2. Produzir mídias sociais para a população indicando os impactos na rede de educação, saúde, assistência social;
3. Contratação de profissional para desenvolvimento de campanhas com recurso do fundo;
4. Deliberado em pleno que o Conanda não fará nenhuma contribuição no material apresentado pelo Deputado Aliel Machado;
5. Encaminhar para todos os conselheiros o material produzido pela UNOPS;
6. A UNOPS deverá produzir um material escrito explicando os dados apresentados na Plenária indicando os impactos econômicos e sociais que o aumento do tempo de internação poderá acarretar;
7. SE/CONANDA encaminhamento de ofício com o material produzido pela UNOPS (texto e gráficos) para os conselhos nacionais (educação, saúde, assistência social, CNJ, CONJUV,

- CONDEJ conselhos do MDH) e CEDCAS solicitando a ampla divulgação aos municípios e as suas redes;
8. SE/CONANDA encaminhamento de ofício com o material produzido pela UNOPS (texto e gráficos) para a lista do Fórum DCA, comunicação dos 28 órgãos/entidades do Conanda, gabinete do Deputado Aliel Machado, lista de contatos do “Não a redução”;
 9. SE/CONANDA encaminhamento de ofício com o material produzido pela UNOPS (texto e gráficos) para o Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda e Casa Civil;
 10. Pedir lista de contato do Fórum DCA, da comunicação dos 28 órgãos/entidades do Conanda;
 11. Do dia 14 de setembro até a votação serão deslocadas entidades para o Congresso Nacional para incidir sobre o tema da redução e aumento do tempo de internação. Há indicação de que a votação da PEC 33 ocorra no dia 20/09;
 12. A mesa diretora do Conanda deverá produzir uma nota sobre o tema do aumento do tempo de internação e a aprovação deverá ser a distância devido ao tempo que se tem antes da votação (20/09);
 13. Organização de um compilado de materiais para encaminhamento aos governadores e casa civil dos estados (publicação);
 14. Elaboração de um quadro comparativo de custo do aumento do tempo X investimento nas políticas públicas.

2. Apresentação da Campanha “Deixe seu preconceito de lado. Respeite as diferenças” – Solicitação do Conselho Nacional LGBT.

O vice-presidente do Conanda convida para compor a mesa A Sr.^a Marina Reidel Coordenadora Geral de Promoção dos Direitos LGBT e o presidente do Conselho de Combate à Discriminação Zezinho Prado e menciona a presença da Secretária Executiva do Conselho LGBT, Katia Guimarães. Com a fala a Sr.^a Marina Reidel faz a apresentação da campanha “Deixe seu preconceito de lado. Respeite as diferenças”. Relata que o cenário atual é de muita violência, diariamente se mata travesti, transexual, homens trans, lesbica no Brasil. Essa violência está estampada na mídia. A ideia da campanha é trabalhar também o preconceito, principalmente na empregabilidade de trabalho onde é claro que quando uma travesti procura um emprego e entrega seu curriculum por mais que tenha qualificações a vaga não será destinada a ela. A realidade que se vive é que o maior mercado da travesti e a prostituição é muitas vezes essa é a única fonte de renda. Foi feita uma campanha de rádio e TV e alguns cartazes. E foi apresentado na plenária o vídeo da campanha que foi lançada no dia 27 de junho dia do orgulho LGBT. Essa é a primeira campanha de Direitos Humanos LGBT. Na campanha não há apresentação de adolescentes LGBT devido ao respeito a uma identidade que ainda está se construindo e por toda burocracia que isso demandaria. Mais é uma grande realidade o grande número de adolescente e também idosos LGBT. A Sr.^a Marina Reidel Agradece o espaço, disponibiliza material da campanha e se coloca à disposição

desse conselho. A secretaria executiva do Conselho LGBT Katia Guimarães relata que estão solicitando aos demais conselhos que através das redes divulguem a campanha.

3. Relato das comissões:

a. Comissão de Políticas Públicas: CPP

Coordenadora: Conselheira Juliana Maria Fernandes Pereira

Relatora: Conselheira Catariana de Santana Silva

Principais pontos abordados:

a) Leitura da nota LGBT.

A conselheira Catarina inicia a relatoria da Comissão de Políticas Públicas com a participação dos representantes do movimento LGBT e lembrando a todos que a nota passou pela comissão dos dois conselhos e passa para a conselheira Iolete fazer a leitura da mesma. O vice presidente coloca em votação e aprovada por unanimidade e realizada a assinatura da nota conjunta.

4. Continuação da relatoria das Comissões:

a. Comissão de Orçamento e Finanças - COF

O Vice presidente faz a conferência para verificação de coro qualificado para votação do plano de aplicação e explica que na CMF foi aprovado o valor de 900 mil reais para comunicação, publicação do ECA e outros, após avaliação de várias questões a comissão verificou que existe um saldo de 700 mil reais, já foi aprovado pela CMF e agora passa para a plenária a destinação desse valor para todos os encaminhamentos aprovados da luta ao enfrentamento da luta sobre o aumento do tempo de internação e redução da maior idade penal. Votação alteração no plano de aplicação – aprovada por unanimidade.

b. Continuação da Comissão de Políticas Públicas: CPP

Principais pontos abordados:

a) Estratégia de divulgação dos resultados do GT Crianças e Adolescentes em Situação de rua aos conselhos de direitos da criança e do adolescente e conselhos de assistência Social

A Conselheira Catarina dá continuidade ao relato da comissão, iniciando pela pauta solicitada pelo conselheiro Manoel Torquato, que trata da estratégia de divulgação dos resultados do GT Crianças e Adolescentes em Situação de Rua direcionada aos conselhos Estaduais e do Distrito Federal de direitos da criança e do adolescente. Essa pauta foi em conjunto com os conselhos de Assistência Social e Saúde, os produtos do GT geraram um documento e foi relacionado alguns eventos estaduais, porém o documento não estava pronto e não houve uma ampla divulgação do mesmo. Com a fala o conselheiro

Manoel relata que durante os trabalhos do GT foram aprovadas três resoluções em datas e temas distintos. Em parceria com o Conanda foi deliberado a construção de um documento mensurando essas resoluções com o trabalho do GT dando o nome de diretrizes nacional para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua, foi vinculado a esses documentos nota técnica produzida no âmbito do MDS e MS sobre mulheres e adolescentes gravidas em situação de rua, são três resoluções e uma nota técnica consolidada em um documento. Havia um convenio que promovia a disseminação desse conteúdo em 18 seminários, porem como o documento ficou seis meses na revisão editorial da SDH para aprovação os seminários ocorreram sem entrega da publicação aos Estados, portanto discutimos a necessidade de outro evento com sugestão para ocorrer em outubro na ocasião da assembleia para entrega oficial desse documento aos atores federais e também que o Conanda emita uma recomendação aos municípios com população acima de cem mil habitantes pedindo aos conselhos de direitos municipais que formem grupo de trabalho para viabilizar a implementação dessas diretrizes. Foi deliberado que será encaminhado aos conselheiros do Conanda uma minuta da recomendação com prazo para contribuições até dia 24/09 e será inserida para votação na próxima assembleia, caso aprovada será encaminhado para CNAS e CNS com recomendação que eles façam o mesmo com sua rede de conselhos, aprovado por unanimidade.

O conselheiro Manoel solicita que o Conanda custeie as despesas para um representante do Movimento Criança Não e de Rua e do Movimento Nacional de Meninos e Meninas em Situação de Rua para o evento. O conselheiro Danyel relata que já houve negociação para custear apenas uma participação. Mais levará à mesa diretora para avaliação. O lançamento do material que trás as diretrizes será em Brasília convidando os conselhos Nacionais e Ministérios da Saúde, Educação e Assistência Social.

b) Parâmetros de Escuta de Crianças e Adolescentes em situação de violência e regulamentação da lei 13.431/2017

A conselheira Catarina relata que quanto aos parâmetros de escuta, documento foi elaborado no âmbito da Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, colegiado vinculado à Secretaria. O texto da Lei 13.431, que foi aprovada em abril de 2017 e elaborado a partir do documento dos parâmetros. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e a CPP chegou a conclusão que o Conanda não se debruçou sobre esse documento e que é necessário ser explorado um pouco mais. A conselheira Iolete do Conselho Federal de Psicologia fez uma análise e indentificou pontos desfavoráveis. Como foi um documento que foi lançado e não apresentado no Conanda oficialmente. O lançamento ocorreu no Encontro dos Conselhos Estaduais pela então Diretora Fabiana Gadelha no mês passado. A lei foi aprovada em abril e tem um ano para ser regulamentada, e se faz necessária uma análise mais profunda sobre os parâmetros e como foi em relação as diretrizes criar recomendações para fortalecer essa rede para que a lei seja regulamentada. A comissão traz o encaminhamento da importância de convidar o

comitê intersetorial que elaborou os parâmetros para apresentar em outubro para o pleno, em votação e aprovado por unanimidade.

- c) **Lei 13.438/2017- altera o ECA para tornar obrigatória a adoção pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de protocolo que estabeleça padrões para avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças.**

A conselheira Catarina relata que a lei aprovada no dia 26 de Abril de 2017 que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, a comissão não tem muito conhecimento dessa lei, não passou pelo Conanda e depois da aprovação foi criado um grupo de trabalho e discute a regulamentação dessa lei no Ministério da Saúde. A CPP encaminhou para mesa diretora reivindicação de participação da conselheira Iolete no grupo de trabalho para depois aprofundar nas discussões na CPP. O conselheiro Romero afirma que houve encaminhamento para a CDHAP e que estão buscando documentos e informações para esse debate que será ponto de pauta na comissão. Ele aponta pelas informações adquiridas são contrárias e apresenta argumentos são fortes para que possa ser que o Conanda seja contrário a essa lei.

- d) **Estratégia para acompanhamento de comissões e Planos- planejamento estratégico acompanhamento dos planos e dos programas relacionados a primeira infância, trabalho infantil, decenal, convivência familiar e comunitária, enfrentamento da violência sexual e SINASE.**

A conselheira Catarina relata que faz parte do planejamento anual da CPP fazer acompanhamento dos planos nacionais e programas relacionados a primeira infância. Houve a discussão de como fazer esse acompanhamento e avaliação de saber se esses planos estão gerando resultados. Como existem as comissões externas que acompanha os planos pensaram que cada conselheiro trarão relato dos resultados, uma espécie de planilha para apresentar o status desses planos e por fim para ter um resultado de qualidade a contratação de uma consultoria para incidência para esses planos. O vice presidente esclarece que por ser tratar de recursos tem que se avaliar se e necessário uma consultoria ou linha de financiamento de alguma instituição que tenha condições de fazer isso, ele sugere que seja aprovado e encaminhado para deixar registrado e posteriormente será avaliado na política o que e melhor e mais rápido.

Deliberações/Encaminhamentos:

1. Fazer convite ao Comissão Intersectorial de enfrentamento à violência sexual contra criança e adolescente para apresentar os Parâmetros na assembleia do mês de outubro;
 2. Indicação da conselheira Iolete para participar do GT organizado pelo Ministério da Saúde;
 3. Elaboração pela CPP de resolução que recomenda aos conselhos municipais que os municípios promovam a implementação do documento diretrizes nacionais para o atendimento a criança e adolescentes em situação de rua através da criação de grupos de trabalho.
- Fluxo: Elaboração pela CPP. Compartilhamento com todos os conselheiros, recebimento de

propostas pela SE e encaminhamento para a CPP para ajuste, apresentação na plenária no dia 18 ou 19 de outubro;

4. O Conanda realizar um lançamento das diretrizes aqui em Brasília convidando os conselhos Nacionais e Ministérios envolvidos (saúde, educação, assistência social) e conselho estaduais e municipais que já tenham seus GTs de crianças e adolescentes em situação de rua.
* Aguardar contatos que serão enviados pelo Manoel;

5. Verificar a possibilidade de custeio de passagens e diárias para o conselheiro Manoel;

6. Planejamento de ação para trazer subsídios e dados para CPP a respeito dos planos setoriais para 2018. Prever recursos.

5. Continuação dos relatos das comissões:

a. Comissão de Orçamento e Finanças - COF

O conselheiro Danyel da continuidade ao relato da comissão que iniciou no dia anterior, não há deliberações para o pleno. Informa que a secretaria já fez uma proposta de edital conforme foi acordado no pleno devendo ser lançado ainda esse ano, também da importância de melhorar o processo e inserir novas linhas no edital, porém ainda não foi concluído esse debate na COF, o encaminhamento já foi apresentado que os conselheiros iram ler e refletir e na próxima reunião fechar as linhas do edital para trazer ao plenário. O conselheiro Vitor Cavalcante que participou da comissão de seleção acha importante algumas melhoras e análises como a questão do valor de até R\$ 300.000,00 para execução de um projeto de âmbito nacional, fazemos uma análise dos projetos enviados e percebemos que é um valor muito baixo para exclusão de qualquer projeto para ação que o edital exige e por isso recebemos vários projetos de bairros e municípios. Pede que a COF se debruce sobre essa situação. O conselheiro Romero solicita acompanhamento e atualização ao pleno do andamento de assinaturas dos contratos dos projetos aprovados ele relata que é de suma importância que haja um acompanhamento em tempo real e que seja informado à sociedade civil esse posicionamento, e com relação ao lançamento do segundo edital há um compromisso firmado desse conselho de que o novo edital para 2018 tudo seja apresentado e aprovado na assembleia de outubro, como o governo muda o seu pessoal com muita frequência e necessário no mínimo esses dois meses para garantir o que assumimos como compromisso. O conselheiro Danyel demonstra a preocupação da COF com essa questão devido as dificuldades verificadas no último edital.

Deliberações/Encaminhamentos:

1. Apresentar o balanço de como está o andamento do edital 001/2017 (formalização);
2. Apresentação do Edital 002/2017 (linhas).

a. Comissão de Mobilização e Formação – CMF

Coordenadora: Conselheira Lucimara Cavalcante
Relatora: A definir

Informes:

a) Representantes governamentais na CMF.

A conselheira Roberta inicia a relatoria esclarecendo que a comissão está sem representação do Governo e quer deixar registrado para evitar problemas futuros.

b) Coleta de Dados junto aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente Estadual e Distrital (CEDCA) sobre “direitos da criança e do adolescente no contexto de obras e empreendimentos”.

Será encaminhado para os conselhos um relatório simples para verificação se existe algum tipo de acompanhamento para fiscalização em contexto de obras e empreendimento, isso na mesma linha da participação da Coordenadora Heloiza sobre o tema.

Principais pontos abordados:

a) Edital de Seleção dos Adolescentes de Grupos Sociais Diversos para Composição do CPA, Resolução 191/2017 do CONANDA;

O edital já foi encaminhado para os conselheiros para conhecimento, apreciação e contribuições, na reunião da CMF foram feitas algumas alterações que será apresentada. A conselheira Glicia questiona como as contribuições são aproveitadas pois não recebeu confirmação do recebimento da contribuição dela, não houve tempo para aproveitamento, porém o vice presidente sugere que a Glicia passe as contribuições para Tereza para que seja aproveitada e mais retornamos a esse ponto para votação.

b) Composição Comissão de Seleção do Edital 10 (dez) organizações, fóruns, comitês, redes ou movimentos sociais que indicarão adolescentes de grupos sociais diversos para a primeira composição do Comitê de Participação de Adolescentes instituído pela Resolução nº 191, de 7 de junho de 2017, do CONANDA.

A conselheira Roberta informa que recebeu a indicação dos nomes para composição da comissão de seleção do Edital:

CMF – Lucimara, Roberta e Vitor

CDHAP – Glicia

COF – Edmundo

CPP – Catarina

Colocado em votação foi aprovado por unanimidade.

c) Composição do Grupo Gestor do Espaço Virtual de Participação dos Adolescentes:

A indicação para acompanhar o processo inicial da metodologia e de dois representantes da CMF, a conselheira Roberta e o conselheiro Lacerda e dois representantes da SNDCA. A primeira reunião está marcada para o dia 17/10/2017. O vice presidente questionou a indicação do conselheiro Lacerda pois ele já está na coordenação da comissão organizadora da conferência com reunião na mesma data, a conselheira Lucimara afirma a importância da indicação devido a experiência do mesmo em plataforma digital e como ocorreu apenas uma reunião inicial. Por fim resolveram que será combinado outra data para reunião para garantir a permanência do Lacerda na composição do grupo.

d) Niñ@Sur - alteração do número de adolescentes participantes: serão indicados os adolescentes dos estados que já dispõem de mecanismo de participação de adolescentes.

Na plenária anterior foi sugerido que a participação de adolescentes no Nin@Sur como uma das caravanas aproveitando a mesma data com a indicação de 27 participantes que houve alteração da quantidade de participantes devido a estrutura e espaço, serão apenas 15 participantes indicados pelos Estados que já dispõem de mecanismo de participação de adolescentes e mais 2 conselheiros para acompanhar a caravana.

Em relação Composição Comissão de Seleção do Edital, foi acrescentado as contribuições da conselheira Glicia e a conselheira Roberta faz a leitura das alterações e partem para o destaque em relação ao item de desempate, relata a dificuldade dessa questão e que depois de muito debate chegaram no consenso de usar a item de cor, raça, etnia, gênero, beneficiário de bolsa família. A conselheira Catarina questiona porque não usaram o critério da pessoa com deficiência como item de desempate. A conselheira Ana Beatriz solicita a inclusão da pessoa com deficiência como inciso de desempate. O vice presidente expõem a necessidade de alinhar os itens e coloca para a necessidade do consenso. Depois do debate e votado que os itens de desempate na ordem seguinte: Afro descendentes, gênero feminino, pessoa com deficiência, situação de extrema pobreza, representação regional, mais jovem, sorteio. Após exposição votação e aprovado por unanimidade.

b. Comissão de Direitos Humanos e Ação Parlamentar /CDHAP

Coordenador: Avelina Neta
Relatoria: Thais

A conselheira Thais inicia o relato da comissão justificando que está substituindo a conselheira Jimena que não pôde participar dessa assembleia.

Principais pontos abordados:

a. Apresentação sobre direitos da criança e comunicação.

A conselheira Thais relata que o primeiro ponto tratado na reunião que havia sido retirado da reunião anterior foi o fortalecimento da pauta “criança e comunicação”. Participaram da reunião os convidados: Bia Barbosa (Intervezes), Camila Marques (Artigo 19), e Veet Vivarta (consultor em infância e comunicação). Eles trouxeram um panorama tanto do contexto internacional quanto nacional com destaque para dois pontos: Sendo um a criação de um GT temático sobre o tema infância e comunicação o IPPDH-Mercosur, esse grupo terá início dos trabalhos em um seminário internacional sobre o tema, que ocorrerá entre os dias 2 e 4 de outubro em Lima (Peru). E como encaminhamento indicamos que além da representação da SNDCA é importante assegurar a presença de um conselheiro nesse debate e indicamos a conselheira Glicia que inicia no Peru e depois continua nos encontros da RAADH.

b. Classificação indicativa.

Foi resgatado resultado da ADI 2404 que tirou a expressão “ em horário diverso autorizado” no artigo 254 do ECA e com isso a política saiu enfraquecida. No dia 12 de setembro houve reunião do Comitê de Monitoramento da Sociedade Civil (CASC) depois de um ano e meio sem atividades. A conselheira Roberta representaria o Conanda mais devido a conflito de agenda não foi possível, temos que garantir participação no comitê. Está monitorando a TV aberta para verificar se as emissoras estão cumprindo a classificação indicativa e de acordo com a pesquisa entre as principais somente a Band e Rede TV permanecem respeitando os limites de horários. A forma de atuação do Ministério da Justiça hoje é notificação das emissoras, anteriormente notificavam por três vezes e após notificava o Ministério Público. A proposta principal é que a sociedade civil que integra o CASC encaminhe à PFDC as denúncias dos casos de descumprimento já ocorridos e questione a questão dos fuso-horários, incluindo o Conanda.

c. Convivência familiar.

Nessa pauta contamos com a presença da Claudia Cabral (Terra dos Homens), Patrick (Associação Beneficente Encontro com Deus) e o outro convidado representante do IBDFAN não compareceu. O ponto central trazido pela Claudia o PL 5758 aprovado na Câmara dos Deputados e passado para o Senado Federal e agora se encontra na comissão de constituição e justiça, os debatemos que tanto a comissão quanto Conanda precisam ficar mais atentos e uma incidência via SNDCA para que a tramitação desse processo seja reduzida solicitando a realização de audiências públicas nas comissões que esses processos vão passando.

Outro ponto é que temos vários projetos tramitando na Câmara que pode alterar o ECA, pensamos na possibilidade de um evento para debater as principais propostas. Como o representante do IBDFAN não compareceu temos que reenterrar o convite.

d. Acolhimento compulsório de bebês.

O Conanda foi provocado pelo CEDCA/SP sobre esse tema que está ocorrendo em diversas regiões do País, buscamos ler as orientações técnicas do MDS/MS e concordamos com o seu conteúdo. Ficando necessário fortalecer essas orientações para garantir o direito a convivência familiar e comunitária dessas crianças e principalmente recém nascidos, propomos produzir o texto de apoio as orientações e devido a urgência fazer a distância e compartilhar por e-mail. Não houve acordo e a nota ira ser apresentada na próxima assembleia.

e. Relatório sobre o Protocolo Facultativo à CDC referente à venda de crianças, prostituição e pornografia infantil.

Esse protocolo foi incorporado pelo Brasil em 2004 e seria necessário que o País encaminhasse um relatório em 2006 sobre a situação, entretanto isso não aconteceu. A SCDCA contratou consultoria para elaborar relatório que deveria ser realizado em 8 meses de julho de 2017 a fevereiro de 2018. A consultoria terá cinco produtos: mapeamento preliminar, estrutura de relatório, elaboração de metodologia, relatório inicial consolidado, e avaliação e fontes para futuros relatórios. Foi dito que é de total importância que o Conanda contribua com essa elaboração. Ficou definido uma apresentação mensal a comissão e participação das conselheiras Thais e Glicia via skape, sempre que necessário.

f. Parâmetros de segurança do socioeducativo.

O conselheiro Romero relata que participou de uma reunião organizada pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP sobre segurança no socioeducativo representando o Conanda. Ele indaga que essa reunião traz um grande alerta da responsabilidade do Conanda que trata e discutir essa pauta. Os gestores de 18 Estados do sistema socioeducativos e vários representantes de CAOPS clamavam pela necessidade de criar parâmetros para segurança no sistema, entanto as discursões não foram focada na segurança e meios para que a medida socioeducativa aconteça e sim uma segurança que pedia autorização para o uso de algemas, contenção, spray de pimenta, cela tática. A participação da Secretaria Fabiana foi de muita importância, pois na sua fala destacou que era inaceitável em um evento como aquele se tratar de como devia ser usada as algemas, a necessidade de e sim tratar de uma segurança que garanta direitos. E que a comissão quer trazer para o pleno e que tem que se fazer uma resolução sobre parâmetros de segurança no socioeducativo e com urgência, pois se o Conanda não criar os órgãos criaram à revelia do conselho.

A conselheira Glicia menciona o a construção de uma nota de posicionamento para anexa ao processo do habeas corpus coletivo para próxima assembleia e solicita uma incidência da presidente do conselho em agendar uma audiência para com Ministro sobre estupro de vulnerável.

g. APAC no Socioeducativo.

Foi solicitado que seja reiterado o convite ao gestor da APAC, Superintendência do Ceara e CNJ para debate na próxima assembleia. Os convidados deverão participar da reunião na CDHAP.

h. Visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

O conselheiro Romero lembra que essa temática já foi pauta na plenária, e o pedido é que não poupasse esforços para incidir junto ao MRE para que a visita da CIDH seja nos Estados de PE, RJ, RS, SP, ES, CE e solicita a data das visitas.

Deliberações/Encaminhamentos:

1. O Conanda, a partir da análise da CDHAP após deliberação do plenário em conjunto com a sociedade civil que integra o CASC, encaminha à PFDC as denúncias dos casos de descumprimento já ocorridos e questione a questão dos fuso-horários;
2. Inclusão de assunto no edital 002/2017 para contemplar o tema infância e comunicação, visando a produção de campanha de comunicação, materiais e formações CDHAP irá construir uma linha do edital, conforme anexo V do edital 001/2017 para envio a Secretaria Executiva do CONANDA até o dia 29 de setembro. Ponto focal: Thais;
3. Assegurar a presença de conselheiros no debate IPPDH-Mercosur, que criou um grupo de trabalho. A comissão indica a conselheira Glícia para participar da reunião em Lima;
4. A SNDCA deverá acompanhar a tramitação do projeto buscando incendi para que o mesmo não tramite rapidamente;
5. O Conanda deve solicitar na CDH do Senado uma audiência pública para tratar do projeto;
6. Convidar o IBDFAM para participar da reunião da comissão no dia 18 de outubro;
7. Produzir texto de apoio às orientações do MDS e MS, o que será feito na comissão, compartilhado. Fluxo aprovado: elaboração da nota pela comissão, compartilhar por e-mail para contribuições dos conselheiros (10 dias após a SE receber o texto), retorno no pleno.
8. Compartilhamento da nota de apoio às orientações do MDS e MS com o SGD. Anexar as orientações;
9. Apresentações do andamento da consultoria a partir da produção do consultor Vitor Alencar na CDHAP;
10. Socializar o material apresentado na comissão pelo consultor para comissão;
11. Glícia e/ou Thaís participarão das reuniões via Skype com o consultor e uma pessoa da SNDCA.
12. Convite o coordenador do Sinase, Ricardo Perez, para dialogar nesse tema no mês de outubro
13. Aprovação da necessidade de elaborar resolução nessa temática, por meio da CDHAP, a partir de documento já produzido pelo Conanda que coloca as diretrizes normativas
14. CPP e CDHAP irão trabalhar conjuntamente após agenda da Iolete (MS/OPAS);
15. SE/CONANDA entrar em contato com o Dr. Gustavo;
16. Produzir texto de apoio ao HC, o que será feito na comissão, compartilhado.
17. Fluxo aprovado: elaboração da nota pela comissão, compartilhar por e-mail para contribuições dos conselheiros (10 dias após a SE receber o texto), retorno no pleno;

18. Fazer o convite para a APAC, Superintendência do Ceará e CNJ participarem da reunião da assembleia no mês de outubro;
19. Mandar ofício para o MRE sobre a data das visitas previstas e reiterar a importância das visitas para os estados de PE, RJ, RS, SP, ES, CE.

18h00: Encerramento da 265ª Assembleia Ordinária do Conanda.